

(6)

MILLS, C.W. A sociedade de massas *In* FORACCHI, M. L. e MARTINS, J.S.  
*Sociologia e sociedade*. RJ, LTC, 1977, p.315-325.

(20/03)

5

As tendências institucionais que determinam a sociedade de massas são, em proporções consideráveis, uma questão impessoal, embora os remanescentes do público estejam também sujeitos a forças mais "pessoais" e intencionais. Com a ampliação da base da política dentro do contexto da lenda das decisões democráticas, e com a intensificação dos meios de persuasão em massa, o público que forma a opinião pública tornou-se objeto de esforços intensivos de controle, orientação, manipulação e, cada vez mais, de intimidação.

Nos setores militar, econômico e político, o poder se torna, em graus variados, constrangido frente à suspeição das massas, e assim a opinião pública se transforma na técnica consagrada para a conservação e conquista do poder. O eleitorado minoritário das classes abastadas e educadas é substituído pelo sufrágio universal — e pelas intensas campanhas de conquista de votos. O pequeno exército profis-

(5) Gustave Le Bon, *A multidão*.

(6) Sergei Chakhotin, *The Rape of the Masses*, N. Iorque, 1940.

sional do século XVIII é substituído pelo exército maciço de conscritos — e pelo problema da disposição nacionalista. A pequena oficina é substituída pela indústria de produção em massa — e pela publicidade nacional.

À medida que a escala das instituições se amplia e centraliza, também se ampliam e intensificam os esforços dos que procuram determinar a opinião. Os meios para isso, na verdade, seguiram paralelamente, em alcance e eficiência, as outras instituições de maior escala que alimentam a moderna sociedade de massas. Assim, além de seus meios de administração ampliados e centralizados, de exploração e violência, a elite moderna tem ao seu alcance instrumentos historicamente ímpares de controle e manipulação psíquicos, que incluem a educação universal compulsória e os meios de comunicação em massa.

Observadores antigos acreditavam que o aumento no alcance e volume dos meios formais de comunicação ampliariam e estimulariam o público básico. Essas opiniões otimistas — anteriores ao rádio, televisão e cinema — entendiam que o veículo formal apenas multiplicaria o alcance e ritmo da discussão pessoal. As condições modernas, escreveu Charles Cooley, “ampliam indefinidamente a concorrência entre as idéias, e tudo o que vem existindo apenas pela falta de confronto desaparecerá, pois o que for realmente adequado para o espírito selecionador, será mais apreciado e procurado”.(7) Ainda entusiasmado pela ruptura do consenso convencional da comunidade local, via ele os novos meios de comunicação como um estímulo para a dinâmica da discussão da democracia clássica, com o crescimento da individualidade racional e livre.

Ninguém conhece realmente todas as funções dos veículos de comunicação em massa, pois em sua totalidade elas são tão penetrantes e sutis que não podem ser localizadas pelos meios de pesquisa social hoje existentes. Mas temos razões para acreditar que tais veículos de comunicação ajudaram menos a ampliar e animar as discussões dos públicos básicos do que a transformá-los num grupo de mercados das comunicações, numa sociedade de massas. Não me refiro apenas à proporção superior dos que expressam opinião, em relação aos que a recebem, e ao declínio das possibilidades de responder. Nem tampouco me refiro à violenta banalização e padronização de nossos órgãos sensoriais em termos da qual esses novos meios de comunicação lutam pela nossa “atenção”. Penso na forma de analfabetismo psicológico assim facilitada, e que se expressa de vários modos:

I. Muito pouco do que julgamos saber da realidade social do mundo foi verificado diretamente. A maioria dos “quadros mentais” que temos são produto desses meios de comunicação — a tal ponto, que muitas vezes não acreditamos realmente no que vemos à nossa frente, enquanto não lemos a respeito no jornal ou ouvimos no rádio.(8) Os meios de comunicação não nos proporcionam apenas a informação — orientam nossas experiências mesmas. Nossos padrões de credulidade de realidade são determinados por eles, e não pela nossa experiência pessoal fragmentária.

Assim, mesmo que o indivíduo tenha uma experiência direta, pessoal, dos acontecimentos, esta não será realmente direta e pessoal: está organizada em padrões e clichês. É necessário um longo preparo para eliminar esses clichês, e para que a pessoa veja as coisas puramente, de forma não-padronizada. Pode-

(7) Charles Horton Cooley, *Social Organization*, N. Iorque, 1909.

(8) Ver Walter Lippmann, *Public Opinion*, N. Iorque, 1922, que ainda é a melhor exposição sobre este aspecto dos meios de comunicação, especialmente pp. 1-25 e 59-121.

riamos supor, por exemplo, que se todas as pessoas atravessassem uma depressão, teriam uma “experiência” dela, em termos da qual poderiam desprezar, ou rejeitar, ou pelo menos não aceitar, o que os meios de comunicação dizem sobre ela. Mas as experiências desse tipo *estrutural* têm de ser organizadas e interpretadas, para que se reflitam na formação da opinião.

Em suma, o tipo de experiência que poderia servir de base à resistência aos meios de comunicação em massa não é o dos acontecimentos diretos, mas o de seus sentidos. A marca da interpretação deve estar na experiência, para que possamos usar essa palavra seriamente. E a capacidade de experiência é implantada socialmente. O indivíduo não confia em sua experiência, como disse, até que seja confirmada por outro, ou pelos meios de comunicação. Habitualmente, esse conhecimento direto não é aceito quando perturba fidelidades e crenças que o indivíduo já tenha. Para ser aceito, ele tem de reconfortar ou justificar os sentimentos que constituem as características básicas de sua fidelidade ideológica.

Clichês sobre a lealdade jazem sob as crenças e sentimentos relacionados com determinados símbolos e emblemas; são a forma mesma pela qual os homens vêm o mundo social e em termos da qual estabelecem suas opiniões e interpretações específicas dos acontecimentos. São o resultado de experiências anteriores, que afetam as experiências presentes e futuras. Não é preciso dizer que os homens freqüentemente não têm consciência dessa fidelidade, que freqüentemente nem podem formulá-la explicitamente. Não obstante, tais clichês gerais levam à aceitação ou rejeição de opiniões específicas, não tanto pela força da consistência lógica, mas pela sua afinidade emocional e pela forma que aliviam as ansiedades. Aceitar opiniões em seus termos é conseguir o bom sentimento sólido de estar certo sem ter de pensar. Quando os clichês ideológicos e as opiniões específicas estão assim ligados, há uma redução da ansiedade provocada pela discordância entre a lealdade e as crenças. Tais ideologias levam a um desejo de aceitar uma determinada linha de pensamento: não haverá então, necessidade — emocionalmente ou racionalmente — de superar a resistência a determinados itens nessa linha. As seleções cumulativas de opiniões e sentimentos específicos passam a constituir a atitude e as emoções pré-organizadas que modelam a opinião e a vida da pessoa.

Esses sentimentos e convicções mais profundos são como lentes através das quais os homens experimentam seus mundos, condicionam fortemente a aceitação ou rejeição de opiniões específicas e determinam a orientação a tomar frente às autoridades dominantes. Há três décadas, Walter Lippmann disse que essas convicções prévias impediam os homens de definirem a realidade de forma adequada. Ainda continuam impedindo. Mas hoje podem, com freqüência, ser consideradas como “tendências boas”; por mais inadequadas e errôneas que sejam, o são menos do que o realismo imediatista das altas autoridades e dos que formam a opinião. São o bom-senso comum inferior, e, como tal, um fator de resistência. Mas devemos reconhecer, especialmente quando o ritmo de modificação é tão profundo e rápido, que o senso comum freqüentemente é mais comum do que senso. E acima de tudo, devemos reconhecer que o “senso comum” de nossos filhos será menos o resultado de qualquer tradição social firme do que dos clichês transmitidos pelos meios de comunicação em massa, a que estão completamente expostos hoje em dia. São a primeira geração a ficar assim exposta.

II. Enquanto os meios de comunicação não forem totalmente monopolizados, é possível colocar um meio contra outro, compará-los, e resistir assim ao que dizem. Quanto mais autêntica a concorrência entre os meios de comunicação,

maior resistência será possível ao indivíduo. Mas qual será, atualmente, a proporção dessa concorrência? Comparam as pessoas as notícias sobre acontecimentos públicos, ou sobre políticas, jogando o conteúdo de um meio de comunicação contra o outro?

A resposta é: não, geralmente são poucos que o fazem: 1) Sabemos que as pessoas tendem a escolher os veículos de comunicação com os quais estão mais de acordo. Há uma espécie de seleção de opiniões novas à base de opiniões antigas. Ninguém parece buscar as contra-afirmações que podem ser encontradas noutros meios. Determinados programas radiofônicos, revistas e jornais dispõem quase sempre de um público coerente, e isso reforça, no espírito do público, as suas mensagens. 2) Essa idéia de comparar os meios de comunicação supõe um conteúdo diverso entre eles. Supõe uma concorrência autêntica, o que não é totalmente verdade. Esses meios aparentam variedade e concorrência, mas num exame mais detalhado parecem concorrer mais em termos de variações sobre alguns temas padronizados do que em assuntos de repercussão. A liberdade de levantar problemas parece limitar-se, cada vez mais, aos poucos interesses que dispõem de acesso pronto e permanente aos meios de comunicação.

III. Os meios de comunicação não só se infiltraram em nossas experiências das realidades externas, como também penetraram na experiência interior mesma. Proporcionaram novas identidades e aspirações do que gostaríamos de ser, e o que gostaríamos de aparentar. Proporcionaram modelos de comportamento que nos oferecem um novo conjunto de valores para nossa própria personalidade. Em termos da moderna teoria do eu,<sup>(9)</sup> podemos dizer que os meios de comunicação levam o leitor, ouvinte ou espectador à visão de grupos de referência mais amplos e mais altos — reais ou imaginários, conhecidos pessoalmente ou percebidos de relance — que constituem os espelhos de sua auto-imagem. Multiplicaram os grupos para os quais nos voltamos para a confirmação dessa imagem que fazemos de nós mesmos.

Mais do que isso: 1) os meios de comunicação dizem ao homem da massa quem ele é — dão-lhe identidade; 2) dizem-lhe o que deseja ser — dão-lhe aspirações; 3) dizem-lhe como chegar lá — dão-lhe a técnica; e 4) dizem-lhe como se sentir em vias de chegar, mesmo que não esteja — dão-lhe a fuga. A distância entre a identidade e a aspiração leva à técnica ou à fuga. Essa é provavelmente a fórmula psicológica básica dos meios de comunicação em massa, hoje. Mas, como fórmula, não está destinada ao desenvolvimento do ser humano: é a fórmula de um pseudomundo, inventado e mantido por esses meios.

IV. Tal como existem e predominam hoje, os meios de comunicação, especialmente a televisão, usurpam o lugar da discussão em pequena escala e destroem as oportunidades de intercâmbio de opinião, feito em termos razoáveis, sem pressa e humanos. São uma causa importante da destruição da intimidade, em todo o seu sentido humano. Essa é uma das importantes razões pelas quais eles falharam como força educacional, mas existem como força maligna: não articulam para o espectador ou ouvinte as fontes mais amplas de suas tensões e ansiedades, seus ressentimentos subjacentes e esperanças mal formuladas. Nem lhe permitem transcender seu estreito meio ou esclarecer o sentido particular que tenha.

Os meios de comunicação proporcionam muitas informações e notícias sobre o que ocorre no mundo, mas nem sempre permitem ao ouvinte ou espectador ligar

sua vida quotidiana com esses acontecimentos maiores. Não ligam a informação que proporcionam sobre as questões públicas com os problemas experimentados pelo indivíduo. Não aumentam a percepção racional das tensões, nem as do indivíduo, nem as da sociedade que se refletem no indivíduo. Pelo contrário, distraem e obscurecem sua oportunidade de compreender-se ou compreender seu mundo, atraindo sua atenção para loucuras artificiais que se resolvem dentro da moldura do programa, usualmente pela ação violenta ou por aquilo que chamam de humor. Em suma, para o espectador não oferecem solução alguma. Esses veículos concentram sua atenção dispersiva de tensões entre o ter ou não ter certos artigos, e as mulheres consideradas atraentes. Há sempre o tom geral de diversão animada, de agitação, mas que não leva a nada e não tem aonde levar.

Mas os meios de comunicação, como estão organizados e funcionam, são mais do que uma causa fundamental da transformação da América numa sociedade de massas. Estão também entre os meios de poder à disposição das elites de fortuna e poder; e, mais, alguns dos principais agentes desses meios se situam entre as elites ou são muito importantes entre os que servem a elas.

Ao lado, ou imediatamente abaixo da elite, estão o publicitário, o perito em propaganda, o homem das relações públicas, que controlam a formação da opinião pública, a fim de poder incluí-la como mais um item pacificado nos cálculos do poder real, de maior prestígio, de fortunas mais seguras. Nos últimos 25 anos, as atitudes desses manipuladores, em relação à sua tarefa, atravessaram uma forma de dialética.

No princípio, há grande esperança no que as comunicações em massa podem realizar. As palavras vencem guerras ou vendem sabão; agitam ou acalmam o povo. "Somente o custo limita o condicionamento da opinião pública em qualquer sentido e sobre qualquer assunto", disse um publicitário da década de 1920.<sup>(10)</sup> A confiança que os modeladores de opinião têm na capacidade de convencer, evidenciada pelos meios de comunicação em massa, chega quase à magia — mas isso só será possível enquanto o público for confiante. Mas ele não continuará confiante. Os meios de comunicação em massa dizem coisas exageradas e contraditórias, banalizam sua mensagem e se anulam mutuamente. A "fobia da propaganda" como reação às mentiras da época de guerra e ao desencanto do pós-guerra não lhes melhora a perspectiva, embora a memória seja curta e sujeita à deformação oficial. Essa descrença na mágica dos meios de comunicação se traduz numa frase entre os fabricantes da opinião. Em seus emblemas, escrevem: "Persuasão em Massa não Basta".

Frustrados, raciocinam; e raciocinando, aceitam o princípio do contexto social. Para modificar a opinião e a ação, dizem eles, devemos dedicar muita atenção ao contexto e à vida das pessoas a serem modificadas. Juntamente com a persuasão em massa devemos, de alguma forma, utilizar a influência pessoal; devemos atingir as pessoas no contexto em que vivem e através de outras pessoas, de seus companheiros quotidianos, daqueles em que acreditam: devemos atingi-los por meio de alguma forma de persuasão "pessoal". Não devemos mostrar-nos diretamente; ao invés de simplesmente aconselhar ou mandar, devemos manipular.

(9) Cf. Gerth e Mills, *Character and Social Structure*, N. Iorque, 1953.

(10) J. Truslow Adams, *The Epic of America*, Boston, 1931, p. 360.

Ora, a vida e o contexto social imediato em que vivem as pessoas e que sobre elas exerce uma expectativa constante são, decerto, o que chamamos de público básico. Quem conheça uma agência de publicidade, ou um escritório de relações públicas por dentro, sabe que o público básico é ainda o grande problema não-solucionado dos fabricantes de opinião. Negativamente, o reconhecimento da influência do contexto social sobre a opinião e a atividade públicas significa que o público articulado resiste e rejeita as comunicações dos meios maciços. Positivamente, esse reconhecimento significa que o público não se compõe de pessoas isoladas, mas antes de pessoas que não só têm opiniões anteriores, que devem ser levadas em conta, mas que também influenciam-se continuamente umas às outras, de forma complexa e íntima, direta e permanente.

Em seu esforço para neutralizar ou aproveitar em benefício próprio o público articulado, os fabricantes de opinião tentam transformá-lo numa rede de revezamento para suas opiniões. Se os fabricantes de opinião tiverem poder bastante para agir direta e abertamente sobre seus públicos básicos, podem tornar-se autoritários; caso não tenham e, portanto, sejam obrigados a operar indiretamente e invisivelmente, assumirão então o papel de manipuladores.

Autoridade é o poder obedecido mais ou menos "voluntariamente"; a manipulação é o exercício "secreto" do poder, desconhecido pelos influenciados. No modelo da sociedade democrática clássica, a manipulação não é um problema, porque a autoridade formal reside no próprio público e em seus representantes, feitos ou destituídos por ele. Na sociedade completamente autoritária, a manipulação não é problema, porque a autoridade se identifica abertamente com as instituições dominantes e seus agentes, que podem usar a autoridade explícita e claramente. No caso extremo, não precisam de conquistar ou conservar o poder ocultando o seu exercício.

A manipulação torna-se um problema sempre que os homens têm poder concentrado e espontâneo, mas não têm autoridade, ou quando, por qualquer motivo, não desejam usar abertamente seu poder. Nesse caso, então, o poderoso procura dominar sem mostrar sua força. Quer dominar secretamente, sem a legitimação pública. É nesse caso misto — como na realidade intermediária do americano de hoje — que a manipulação se torna uma forma principal de exercer o poder. Pequenos círculos tomam as decisões de que necessitam autorizados, pelo menos, pela indiferença ou recalitrância do povo sobre o qual não exercem autoridade explícita. Assim, os pequenos círculos procuram manipular esse povo, para obter aceitação voluntária ou apoio entusiasta às suas decisões ou opiniões — ou pelo menos a rejeição de possíveis opiniões contrárias.

A autoridade reside *formalmente* no povo, mas o poder de iniciativa está, de fato, nos pequenos círculos. É por isso que a estratégia padrão da manipulação consiste em aparentar que o povo, ou pelo menos um grande segmento dele, realmente tomou a decisão. Por isso, mesmo quando existe a autoridade, os homens com acesso a ela podem preferir, ainda assim, os processos secretos e silenciosos da manipulação.

Mas não será o povo, hoje, mais educado? Por que não dar ênfase à difusão da educação e não aos efeitos dos meios de comunicação em massa? A resposta, em suma, é que a educação em massa, sob muitos aspectos, tornou-se um outro veículo de massas.

A principal tarefa da educação pública, tal como se considera generalizadamente nos Estados Unidos, era política: tornar o cidadão mais informado e,

portanto, melhor habilitado a pensar e formar juízo sobre as questões públicas. Com o tempo, a função da educação transferiu-se da política para a economia: preparar as pessoas para empregos melhores e dessa forma, para o progresso. Isso se aplica especialmente ao movimento da escola secundária, que atendeu às necessidades econômicas de funcionários burocráticos, a expensas públicas. Em grande parte, a educação tornou-se apenas vocacional; no que se relaciona com sua tarefa política, em muitas escolas ela se reduziu a um preparo de rotina sobre a lealdade nacionalista.

A transmissão de conhecimentos mais ou menos diretamente aplicáveis à vida vocacional é uma tarefa importante, mas não deve ser confundida com a educação liberal: o progresso funcional, não importa em que nível, não é o mesmo que evolução pessoal, embora os dois sejam hoje sistematicamente confundidos.<sup>(11)</sup> Entre os "conhecimentos", alguns são mais e outros menos relevantes aos objetivos da educação liberal — ou seja, liberadora. Os conhecimentos e valores não podem ser tão facilmente separados quanto a busca acadêmica de conhecimentos supostamente neutros nos faz supor. E não o podem especialmente quando falamos seriamente da educação liberal. Há, decerto, uma escala, tendo os conhecimentos num extremo e os valores noutro, mas é a zona média da escala, que poderíamos chamar de sensibilidade, que tem maior relevância para o público clássico.

Ensinar alguém a trabalhar num torno ou a ler e escrever é uma educação de habilidades. Despertar nas pessoas a compreensão do que realmente desejam de suas vidas, ou debater com elas os modos de vida estóico, cristão e humanista, é uma educação de valores. Mas ajudar ao nascimento, num grupo de pessoas, da sensibilidade cultural, política e técnica que fará delas membros autênticos de um autêntico público liberal, isso é um preparo do conhecimento e uma educação de valores. Compreende uma espécie de terapia, no sentido arcaico de esclarecer o conhecimento próprio. Compreende a transmissão de toda a capacidade de entrar em controvérsia consigo mesmo, a que damos o nome de pensamento, e com os outros, ao que chamamos de debate. E o produto final dessa educação liberal da sensibilidade é simplesmente o homem ou mulher auto-educado e autocultivado.

O homem informado, parte do público autêntico, é capaz de transformar suas questões pessoais em problemas sociais, de ver a relevância que têm para a sua comunidade, e a comunidade para eles. Compreende que os pensamentos e problemas considerados pessoais são, quase sempre, problemas partilhados por outros e realmente impossíveis de resolver por uma pessoa, mas somente pelas modificações da estrutura dos grupos em que vive e por vezes da estrutura de toda a sociedade.

O homem, nas massas, é açoitado pelos problemas pessoais, mas não adquire consciência de seu verdadeiro significado e fonte. O homem nos públicos enfrenta problemas, e tem consciência de seus termos. É tarefa das instituições liberais, dos homens de educação liberal, traduzir continuamente os problemas em questões, e as questões em termos de sua expressão humana para o indivíduo. Na ausência de um debate público profundo e amplo, as escolas para adultos e adolescentes talvez pudessem tornar-se molduras desses debates. Numa comunidade de públicos, a tarefa da educação liberal será impedir o público de ser esmagado; ajudar a desenvolver o indivíduo ousado e sensível que não pode ser submergido pelo peso

(11) Cf. Mills, "Work Milieu and Social Structure", discurso na Sociedade de Saúde Mental do Norte da Califórnia, em março de 1954.

da vida em massa. Mas a educação não tornou o conhecimento diretamente relevante para a necessidade humana do homem perturbado do século XX, ou para os atos sociais do cidadão. Este cidadão não pode, atualmente, ver as raízes de suas tendências e frustrações, não pensar claramente sobre si mesmo, nem sobre qualquer outra coisa. Não vê a frustração da idéia, do intelecto, pela atual organização da sociedade e não pode atender as tarefas que hoje enfrenta o "cidadão inteligente".

As instituições educacionais não fizeram isso e, com raras exceções, não estão agindo nesse sentido. Tornaram-se apenas elevadores da ascensão funcional e social e, em todos os níveis, tornaram-se politicamente tímidas. Além disso, nas mãos dos educadores profissionais, muitas escolas passaram a funcionar com uma ideologia de "adaptação à vida" que estimula a aceitação desses modos de vida em massa, ao invés de estimular a luta pela transcendência individual e pública.<sup>(12)</sup>

Não há dúvida que os modernos educadores retrógrados adaptaram suas noções do conteúdo e da prática educacional às idéias de massa. Não proclamam padrões de nível cultural e rigor intelectual; preferem agir com as vocações e a adaptação à vida — ou seja, a frouxa vida das massas. "Escolas democráticas" significam, com frequência, o estímulo da mediocridade intelectual, do preparo vocacional, das fidelidades nacionalistas e quase nada mais.

6

As tendências estruturais da sociedade moderna e o caráter manipulativo de sua técnica de comunicação chegam a um ponto de coincidência na sociedade de massas, que é em grande parte uma sociedade metropolitana. O crescimento da metrópole, segregando homens e mulheres em estreitas rotinas e ambientes, faz com que percam qualquer sentido firme de sua integridade como público. Os membros dos públicos nas comunidades menores conhecem-se mais ou menos integralmente, porque se encontram nos vários aspectos da rotina total da vida. Os membros da massa numa sociedade metropolitana conhecem-se apenas como frações de um meio especializado: o homem que conserta o carro, a moça que serve o almoço, a vendedora, a mulher que cuida de nossos filhos na escola durante o dia. O preconceito e o clichê florescem quando as pessoas se encontram dessa forma. A realidade humana dos outros não se manifesta e não pode manifestar-se.

Sabemos que as pessoas escolhem os meios de comunicação formal que confirmam suas crenças e sentimentos. De forma paralela, procuram, na segregação metropolitana, entrar em contacto com pessoas cujas opiniões são semelhantes às suas. Aos outros, a tendência é tratar sem seriedade. Na sociedade metropolitana adotam, em sua defesa, uma atitude *blasé*, que é mais profunda do que simples atitude. Assim, não experimentam choques autênticos de pontos de vista, problemas verdadeiros. E quando isso ocorre, a tendência é considerar tais choques como simples falta de polidez.

(12) "Se as escolas estivessem executando sua tarefa", escreveu A. E. Bestor, "deveríamos esperar que os educadores mostrassem uma realização significativa e indiscutível, na elevação do nível intelectual do país — calculada talvez pela maior circulação *per capita* de livros e revistas sérias, pelo melhor gosto no cinema e nos programas de rádio, pelo maior nível dos debates políticos, pelo maior respeito à liberdade de palavra e pensamento, pelo declínio desse indício de emburrecimento que é a leitura interminável, pelos adultos, de histórias em quadrinhos." (*Educational Wastelands*, University of Illinois, 1953.)

Afundados na rotina, não transcendem, nem mesmo pela discussão e muito menos pela ação, suas vidas mais ou menos estreitas. Não adquirem uma perspectiva da estrutura de sua sociedade e de seu papel, como público, dentro dela. A cidade é uma estrutura composta de pequenos ambientes, e as pessoas que neles vivem isolam-se umas das outras. A "variedade estimulante" da vida não estimula os homens e mulheres das cidades-dormitórios, dos subúrbios, que atravessam a vida conhecendo apenas gente como eles próprios. Quando se procuram, o fazem somente através dos clichês e das imagens preconcebidas das criaturas de outros meios. Cada qual está preso pelo seu círculo limitador; cada qual pertence a grupos facilmente identificáveis. É para as pessoas desses meios estreitos que as comunicações em massa podem criar um pseudomundo além e um pseudomundo dentro deles também.

Os públicos vivem em seus ambientes, mas podem transcendê-los — individualmente, pelo esforço intelectual; socialmente, pela ação pública. Pela reflexão, pelo debate e pela ação organizada, uma comunidade de públicos adquire personalidade e passa a ser realmente ativa em pontos de relevância estrutural.

Mas os membros de uma massa existem num meio e não podem livrar-se dele, nem pelo intelecto nem pela atividade, exceto — no caso extremo — sob a "espontaneidade organizada" do burocrata numa motocicleta. Ainda não chegamos ao caso extremo, mas observando o homem metropolitano na massa americana, podemos ver claramente a preparação psicológica para isso.

Eis como podemos considerar a situação: quando um punhado de homens não tem empregos e não procura trabalho, buscamos as causas em suas situações imediatas e no seu caráter. Mas quando 12 milhões de homens estão desempregados, não podemos acreditar que todos eles subitamente ficaram preguiçosos e deixaram de "ser bons". Os economistas dão a isso o nome de "desemprego estrutural" — significando, pelo menos, que os homens em questão não têm oportunidades de emprego. O desemprego estrutural não se origina em uma fábrica ou em uma cidade nem é provocado por coisa alguma que uma fábrica ou uma cidade faça ou deixe de fazer. Além disso, pouco ou nada há que o homem comum de uma fábrica ou cidade possa fazer quando o desemprego ultrapassa seu ambiente pessoal.

Essa distinção entre a estrutura social e o meio pessoal é uma das mais importantes nos estudos sociológicos. Proporciona-nos uma compreensão rápida da posição do público na América de hoje. Em todas as principais áreas da vida, a perda de um senso de estrutura e o afundamento num meio impotente é o fato mais significativo. No setor militar isso é evidente, pois nele os papéis são estritamente limitados; somente os postos de comando, no alto, proporcionam uma visão da estrutura do todo, e, além disso, essa visão constitui um segredo oficial zelosamente guardado. Na divisão do trabalho, também, as posições que os homens ocupam nas hierarquias econômicas constituem ambientes mais ou menos limitados, os postos de onde é possível uma visão do processo de produção como um todo estão centralizados, e os homens são alienados não só do produto e das ferramentas de seu trabalho, mas também de qualquer compreensão da estrutura e dos processos de produção. No setor político, na fragmentação do nível inferior e na proliferação dispersiva dos níveis médios, os homens não podem ver o todo, não podem ver o alto, e não podem compreender os aspectos que na realidade determinam o todo da estrutura onde vivem e o lugar que nela ocupam.

A perda de qualquer visão ou posição estrutural é o sentido da perda de comunidade. Na grande cidade, a divisão de ambientes e as rotinas isoladoras se impõem com mais força ao indivíduo e à família, pois embora a cidade não seja a unidade de decisão básica, nem ela pode ser vista como uma estrutura total pela maioria de seus cidadãos.

De um lado, há a crescente escala e centralização da estrutura da decisão; e, do outro, a crescente classificação dos homens segundo o ambiente. De ambos os lados, há a crescente dependência dos meios formais de comunicação, inclusive os de educação. Mas o homem na massa não adquire uma visão transcendente desses meios; ao invés disso, sua experiência lhe chega padronizada. Não pode desligar-se para observar, muito menos para avaliar, o que está experimentando, e ainda menos o que não está experimentando. Ao invés da discussão interna que chamamos de reflexão, acompanha-o durante toda sua vida-experiência uma espécie de monólogo inconsciente, como um eco. Não tem projetos próprios: preenche as rotinas que existem. Não transcende o que é, em nenhum momento, porque não transcende, não pode transcender, seu meio diário. Não tem consciência exata de sua experiência diária e de seus padrões reais: vaga, realiza atos habituais, comporta-se segundo uma mistura sem planos de padrões confusos e de esperanças não-críticas, aprendidas de outros que não conhece realmente ou em quem não confia, se alguma vez chegou a conhecer e confiar.

Aceita as coisas como são, aproveita-se delas o melhor que pode, tenta olhar para a frente — um ano ou dois, talvez, ou mesmo mais se tiver filhos ou uma hipoteca — mas não indaga seriamente: “Que desejo eu? Como posso obtê-lo?” Enche-o um otimismo vago, que o sustenta, interrompido ocasionalmente por pequenas misérias e desapontamentos que são logo enterrados. É um arredo, do ponto de vista dos que julgam que algo pode estar errado com o estilo de vida da loucura metropolitana, onde “fazer-se por si mesmo” é um ramo externamente agitado da indústria. Quais os padrões que usa para julgar-se e julgar seus esforços? Onde estão os modelos de excelência desse homem?

Ele perde sua independência e, o que é mais importante, perde o desejo de ser independente: de fato, não conserva a idéia de ser um indivíduo independente, com sua mentalidade e seu modo de vida padronizados. Não que goste ou não goste de tal vida — a questão jamais se apresenta assim clara e aguda, portanto não se sente amargo nem satisfeito com as condições e os acontecimentos. Julga que deseja apenas ter sua parte do que existe à sua volta, com o mínimo de esforço possível e o máximo de diversão.

A ordem e os movimentos que sua vida tenha estão em conformidade com as rotinas externas; de outra forma, sua experiência quotidiana seria um caos vago — embora freqüentemente não tenha consciência disso, porque, rigorosamente falando, não possui realmente, nem observa, sua experiência. Não formula seus desejos; estes lhe são insinuados. E, na massa, perde a autoconfiança no ser humano — se é que chegou a tê-la. Pois a vida numa sociedade de massas cria a insegurança e estimula a impotência; torna os homens constrangidos e vagamente ansiosos; isola o indivíduo do grupo sólido; destrói padrões de grupo firmes. Agindo sem objetivos, o homem na massa sente-se apenas desarvorado.

A idéia da sociedade de massas sugere a idéia de uma elite do poder. A idéia do público, em contraste, sugere a tradição liberal de uma sociedade sem qualquer elite do poder, ou de qualquer forma sem elites móveis de conseqüências soberanas. Pois se um público autêntico é soberano, não necessita de senhor; mas as

massas, em sua plenitude, são soberanas apenas nalgum momento plebiscitário da adulação de uma elite autoritária. A estrutura política do Estado democrático exige o público; e o homem democrático, em sua retórica, tem de afirmar que esse público é a fonte mesma da soberania.

Mas, atualmente, tendo em vista todas essas forças que ampliaram e centralizaram a ordem política e fizeram as sociedades modernas menos políticas e mais administrativas; tendo em vista a transformação das antigas classes médias em algo que talvez nem deva ser chamado de classe média; tendo em vista todas as comunicações em massa que não comunicam realmente; tendo em vista a segregação metropolitana que não é comunidade; tendo em vista a ausência de associações voluntárias que realmente liguem o público em geral com os centros do poder — o que está acontecendo é o declínio dos públicos, soberanos apenas no sentido mais formal e retórico. Além disso, em muitos países, os remanescentes desse público estão sofrendo um processo de terrorismo. Perdem o desejo de decisão e ação racionalmente considerada, porque não possuem os instrumentos para essa decisão e ação; perdem o sentido de participação política porque não participam; perdem seu sentido de vontade política porque não vêem como realizá-la.

A cúpula da moderna sociedade americana está cada vez mais unificada, e freqüentemente parece estar coordenada com espontaneidade: na cúpula surgiu uma elite do poder; os níveis médios são um grupo de forças sem orientação, num impasse, equilibradas: o meio não liga a base com a cúpula. A base dessa sociedade está politicamente fragmentada, e mesmo como fato passivo, é cada vez mais impotente: na base, está surgindo uma sociedade de massas.